

Ata da 34ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor

A **34ª Reunião Ordinária** do Comitê Gestor do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima ocorreu no **dia 24 de agosto de 2023**, entre as 9h20 e as 16h, com intervalo para o almoço, na modalidade presencial e por videoconferência, coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

√ **Participantes**

Membros do Comitê Gestor:

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima

- João Paulo Ribeiro Capobianco (titular)
- Ana Amelia Campos Toni (suplente)
- Aloísio Lopes Pereira de Melo (titular)
- Érico Rial Pinto da Rocha (suplente)

Casa Civil da Presidência da República

- Gabriel Henrique Lui (titular)

Ministério das Relações Exteriores

- Daniel Machado da Fonseca (suplente)

Ministério da Fazenda

- Cristina Fróes de Borja Reis (titular)

Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

- Lucas Ramalho Maciel (titular)

Ministério de Minas e Energia

- Thiago Vasconcellos Barral Ferreira (titular)
- Leandro de Oliveira Albuquerque (suplente)

Ministério do Planejamento e Orçamento

- Henrique Pimentel (Suplente)

Ministério das Cidades

- Luiz Paulo de Oliveira Silva (titular)

Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar

- Moises Savian (titular)

Ministério dos Povos Indígenas

- Cláudia Tereza Signori Franco (titular)
- Diogo Caiafa Moreira Lopes de faria (suplente)

Ministério da Igualdade Racial

- Wdson Lyncon Correia de Oliveira (suplente)

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania

- Pedro de Lemos Mac Dowell (suplente)

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

- Tereza Helena Gabrielli Barreto Campello (titular)
- Gabriel Ferraz Aidar (suplente)

Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

- Luiz Drude de Lacerda (titular)
- Joana Correia de Oliveira de Portugal Pereira (suplente)

Fórum Brasileiro de Mudança do Clima

- Linda Murasawa (titular)
- Flavia Witkowski Frangetto Castanho (suplente)

Organização da Sociedade Civil Organizada

- Suely Araújo (titular)
- Natalie Unterstell (suplente)

Confederação Nacional da Indústria

- Mário Augusto de Campos Cardoso (titular)

Confederação Nacional da Agricultura

- Rodrigo Justus de Brito (titular)

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

- Sandra Paula Bonetti (titular)

Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais

- João Bosco Campos dos Santos (titular)

Trabalhadores da área urbana

- Eduardo Armond Cortes de Araújo (titular)

Movimento Negro

- Denildo Rodrigues (titular)
- Gisele Brito (suplente)

Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente – ABEMA

- Ísis Rafaela Rodrigues da Silva (titular)

Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente – ANAMMA

- Marçal Fortes Silveira Cavalcanti (titular)

Outros participantes:

- Nabil Moura Kadri (convidado BNDES)
- Inamara Santos Melo – Coordenadora-Geral do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação/Secretaria Nacional de Mudança do Clima
- Miriam Miller – Coordenadora-Geral de Fundos/Departamento de Gestão de Fundos e de Recursos Externos/Secex

✓ ABERTURA

A abertura da 34ª Reunião Ordinária contou com a presença das seguintes autoridades:

- Presidente em Exercício, Geraldo Alckmin
- Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva
- Ministro Substituto do Ministério da Fazenda, Dario Durigan
- Presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Aloizio Mercadante Oliva

O Presidente do Comitê Gestor, João Paulo Capobianco, Secretário Executivo do MMA, abriu a reunião com uma breve fala sobre a importância da retomada das reuniões do Comitê Gestor do Fundo Clima, agora com melhorias substantivas de governança e participação ampliada, com o retorno da sociedade civil aos membros do Comitê. Em seguida, o Presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, discorreu acerca da mudança de patamar do Fundo Clima prevista para o exercício de 2024 na modalidade reembolsável, com a previsão de aporte de cerca de R\$ 10 bilhões. Adicionalmente, destacou o papel dos bancos públicos no impulsionamento da agenda de transição energética e informou que o BNDES está comprometido em buscar outros aportes para potencializar a atuação do Fundo. Em seguida, o Ministro da Fazenda Substituto, Dario Durigan, também reconheceu a importância das decisões a serem tomadas nesta data, com a realização da reunião do Comitê Gestor e a reunião do Conselho Monetário Nacional para revisar as condições de financiamento com recursos do Fundo. Também destacou a emissão dos Títulos Soberanos Sustentáveis pelo Tesouro Nacional, que poderá representar no futuro recursos para a agenda climática por meio do Fundo Clima. A Ministra Marina Silva ressaltou que é um momento de celebração, simbólico por contar com a presença do Presidente em Exercício, bem como destacou que a mudança de patamar que o Fundo Clima terá com os novos recursos só é possível porque conta com um arranjo robusto de governança, com representantes de diversos segmentos da sociedade. Destacou ainda que a revisão do Fundo Clima faz parte de uma grande transformação da economia brasileira para um modelo sustentável, do ponto de vista ambiental,

econômico e social. Por fim, o Presidente em Exercício, Geraldo Alckmin, ressaltou o papel de liderança do Brasil na agenda climática, destacando o resultado já alcançado de redução de 42,5% dos alertas de desmatamento na Amazônia de janeiro a julho de 2023, principal fonte de emissão dos gases de efeito estufa no País. Destacou ainda o aumento da porcentagem de fontes renováveis nos combustíveis e o incentivo do Governo à renovação de frotas, para substituir veículos mais poluidores. Também cita que o componente ambiental se tornou fundamental na indústria, que prioriza não só fatores econômicos na produção, mas também a sustentabilidade ambiental.

√ **POSSE DOS CONSELHEIROS**

Após desfeita a mesa de abertura do evento, o Presidente do Comitê Gestor convocou cada representação, confirmou o quórum, e deu posse aos membros.

√ **PAUTA**

A documentação referente à pauta foi enviada com o ofício de convocação, com quinze dias de antecedência, conforme estabelecido no inciso I, § 6º, do art. 14 do Decreto nº 9.578, de 22 de novembro de 2018. O Presidente sugeriu a inclusão de um item, “Demais Assuntos”, ao final da pauta. **A pauta, com o acréscimo sugerido pela Presidência, foi aprovada por unanimidade, conforme transcrita abaixo:**

- Abertura e posse dos representantes do Comitê Gestor
- Apresentação sobre o Fundo Clima
- Deliberação sobre o Regimento Interno do Comitê Gestor
- Apresentação e deliberação sobre o Relatório do Fundo Clima 2022 - MMA (recursos não reembolsáveis)
- Apresentação e deliberação sobre o Relatório do Fundo Clima 2022 - BNDES (recursos reembolsáveis)
- Apresentação e deliberação sobre o Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR
- Apresentação e deliberação sobre o Edital “*Iniciativas Socioambientais para Redução de Vulnerabilidade à Mudança do Clima em Áreas Urbanas e Rurais*”
- Demais assuntos

√ **APRESENTAÇÃO SOBRE O FUNDO CLIMA**

O Presidente passou a palavra ao Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação da Secretaria Nacional de Mudança do Clima/MMA, para realização de breve apresentação sobre o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima.

Após a apresentação, a palavra foi aberta para os membros do Comitê. A representante titular de Organização da Sociedade Civil Organizada, Suely Araujo, sugeriu que o MMA busque uma ampliação do orçamento do Fundo Clima, na modalidade não reembolsável, para 2024, devido à disparidade de recursos entre as duas modalidades e a importância desse Fundo especialmente na agenda de adaptação. O representante titular do Conselho Nacional dos Povos Tradicionais e Comunidades Tradicionais, João

Bosco Campos dos Santos, defendeu que fosse incluído um eixo exclusivo para povos da floresta e agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais na modalidade não reembolsável, pois esses segmentos ficam à margem das políticas públicas.

Por sua vez, a representante suplente da Organização da Sociedade Civil Organizada, Natalie Unterstell, também teceu comentários acerca da baixa alocação de recursos na modalidade não reembolsável, bem como apresentou sugestões para aumentar a execução de recursos nessa modalidade, tais como a descentralização de recursos. O representante titular dos trabalhadores da área urbana, Eduardo Armond, reforçou os comentários sobre a modalidade não reembolsável.

O Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Aloisio Melo, esclareceu que a execução de recursos na modalidade não reembolsável, em linha com o disposto na legislação que rege o Fundo Clima, deve ser executado dentro do Orçamento do MMA, o que, devido aos limites de movimentação e empenho, tende a obstaculizar a ampliação dos recursos nesta modalidade. Nada obstante, ressaltou que poderia ser interessante ampliar a discussão de alternativas sobre o tema no âmbito do Comitê Gestor.

De modo a equacionar tal questão, a Secretária Nacional de Mudança do Clima, Ana Toni, sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para estudar alternativas para a ampliação dos recursos não reembolsáveis.

√ **DELIBERAÇÃO**

O primeiro item de deliberação foi o Regimento Interno do Comitê Gestor. O Presidente sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para discutir e apresentar ao Comitê uma proposta de novo regimento interno. Mas, para viabilizar as atividades do colegiado, propôs que fosse mantido o texto do regimento anterior, com duas alterações. A primeira seria a remoção do artigo que trata da composição do Comitê Gestor, pois essa informação já consta do Decreto nº 9.578/2018, alterado pelo Decreto nº 11.549/2023. A segunda seria o acréscimo de um item entre as competências da Secretaria-Executiva do Comitê, qual seja: *“julgar recursos interpostos por proponentes de projetos em chamadas públicas quando o objeto do recurso tratar do atendimento a quesitos técnicos ou documentais analisados pela equipe do MMA, e registrar as decisões do Comitê Gestor na plataforma de transferências voluntárias da União”*.

Após esclarecimentos, o Presidente colocou em votação a manutenção do regimento atual, com as duas alterações propostas. **O Regimento Interno do Comitê Gestor com as alterações foi aprovado por unanimidade.**

Após a votação, o Presidente consultou se algum membro do Comitê gostaria de compor o Grupo de Trabalho para revisar o regimento interno. Os seguintes representantes se oferecem para participar: Eduardo Armond Cortes de Araújo, representante titular dos trabalhadores da área urbana, Rodrigo Justus de Brito, representante titular da Confederação Nacional da Agricultura, e Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, representante titular da Associação Nacional de Municípios e Meio Ambiente. Adicionalmente, os membros acordaram que a Secretaria-Executiva do Comitê iria encaminhar posteriormente mensagem eletrônica com detalhamento do GT, com possibilidade de adesão de outros membros.

Em seguida, o Presidente passou a palavra ao Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação/MMA, Aloisio Melo, para apresentar o **Relatório de Execução do Fundo Clima MMA 2022 (recursos não reembolsáveis)**.

Após a apresentação do Relatório do Fundo Clima MMA, o Presidente passou a palavra para o Superintendente da Área de Meio Ambiente do BNDES, Nabil Moura Kadri, para apresentar o **Relatório Executivo do Fundo Clima BNDES 2022 (recursos reembolsáveis)**. Em seguida, a representante titular do BNDES e Diretora Socioambiental do Banco, Tereza Campello, esclareceu ao Comitê que o BNDES pretende mudar a estrutura dos relatórios do Fundo Clima, incluindo indicadores econômicos, sociais e ambientais e aumentando a transparência das informações.

A palavra foi aberta aos membros do Comitê e a representante suplente do Movimento Negro, Gisele Brito, apontou que falta clareza nas informações sobre os financiamentos de máquinas e equipamentos eficientes, bem como avaliou que o relatório deveria trazer mais informações para aumentar a transparência e a fiscalização do uso dos recursos do Fundo. Nabil Kadri esclareceu que as informações estão disponíveis no portal do BNDES e que quase a totalidade dos equipamentos é composta por painéis solares, especialmente para cooperativas localizadas na região Sul do país.

O representante titular da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Luiz Drude de Lacerda, apontou que não há menção aos oceanos em nenhum dos relatórios apresentados, e que é significativa a influência da mudança do clima nos oceanos, bem como os efeitos da mudança em áreas costeiras. Por isso, recomendou que o Fundo Clima inclua ações relacionadas ao oceano entre suas prioridades.

O representante titular do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Moisés Savian, perguntou se o BNDES tem atuado junto a cooperativas agrícolas e se elas têm conseguido acessar os recursos do Fundo Clima, inclusive cooperativas de agricultores para produção de energia. Nabil Kadri informou que o BNDES está com uma expectativa positiva sobre o financiamento de cooperativas no próximo ano, mas que já há financiamento de cooperativas, conforme informações que constam do portal do Banco.

Em seguida, o Presidente coloca os dois relatórios em votação. **Os relatórios foram aprovados com 23 votos a favor, um voto contra e uma abstenção.**

Às 12h15 o Presidente anunciou o intervalo para o almoço e pediu para todos retornarem às 13h30.

Após a retomada da reunião, e antes de passar a palavra ao Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação/MMA, Aloisio Melo, para apresentar o **Plano Anual de Aplicação de Recursos - PAAR**, o Presidente esclareceu ao Comitê Gestor que o Decreto nº 9.578/2018, que regulamenta a lei de criação do Fundo Clima, estabelece, no seu artigo 9º, que o MMA deverá elaborar o Plano Anual de Aplicação de Recursos e, após ser aprovado pelo Comitê Gestor, publicá-lo no prazo de sessenta dias, contado da data de publicação da Lei Orçamentária Anual. No § 4º do mesmo artigo, o Decreto autoriza a prorrogação desse prazo, excepcionalmente, com justificativa registrada em ata. Portanto, o Presidente solicitou

o registro em ata de que o atraso na publicação do PAAR 2023 resultou da necessidade da recomposição da governança do Comitê Gestor do Fundo Clima, com a ampliação dos segmentos representados, incluindo a sociedade civil, processo que levou vários meses, resultando na publicação do Decreto nº 11.549, em 6 de junho de 2023. Após a publicação do Decreto, foram realizados os trâmites necessários para a indicação dos representantes pelos órgãos e entidades, com posterior publicação da portaria de designação dos membros do Comitê Gestor no Diário Oficial da União, o que justifica a prorrogação do prazo para aprovação do PAAR.

Após esse esclarecimento, o Presidente passou a palavra ao Diretor do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação, Aloisio Melo, que apresentou o PAAR, com as diretrizes para a aplicação dos recursos do Fundo Clima em 2023, nas modalidades reembolsável e não reembolsável, e os valores a serem aplicados em projetos pelo MMA e repassados ao BNDES para contratação de financiamentos. O documento também propõe as áreas temáticas a serem adotadas pelo BNDES para a modalidade de recursos reembolsáveis em 2024, e registra a previsão de ampliação do orçamento do FNMC para R\$ 10,4 bilhões em 2024.

Após a apresentação, o Presidente abriu a palavra para os membros do Comitê. O representante titular da Casa Civil da Presidência da República, Gabriel Lui, destacou que, em relação às linhas de ação do Fundo Clima – Modalidade Reembolsável para 2024, na finalidade 5 (Florestas Nativas e Recursos Hídricos), entende-se que as ações previstas incluem as fitofisionomias de vegetação nativa não florestais, bem como arranjos de sistemas agroflorestais compostos por espécies exóticas compatíveis com o objetivo de conservação e recuperação das áreas apoiadas. Para não alterar o texto já em avaliação pelo Conselho Monetário Nacional, que emitirá nova resolução sobre as condições financeiras aplicáveis às finalidades do Fundo Clima – Modalidade Reembolsável, Gabriel Lui sugeriu que a sugestão seja registrada em ata e levada em consideração na análise de projetos pelo Banco.

A representante titular de Organização da Sociedade Civil Organizada, Suely Araujo, recomendou que o MMA e o BNDES buscassem alternativas para melhorar a distribuição dos recursos pelo território, pois observou que há poucos recursos destinados à Amazônia, por exemplo. Também recomendou que, quando da elaboração do PAAR 2024 para aprovação pelo Comitê Gestor, poderia ser incluído maior detalhamento sobre as linhas temáticas.

A Secretária Nacional de Mudança do Clima, Ana Toni, sugeriu a criação de um grupo de trabalho para monitorar, de maneira contínua e estruturada, os desembolsos do Fundo Clima na modalidade reembolsável, bem como propor alternativas para o melhoramento das metas propostas no PAAR e dos relatórios apresentados pelo BNDES na modalidade reembolsável.

O representante titular dos trabalhadores da área urbana, Eduardo Armond Cortes de Araújo, recomendou a verificação de outras fontes de recursos disponíveis, nas modalidades reembolsável e não reembolsável, para evitar sobreposição de recursos e priorizar o financiamento de ações que não contam com recursos disponíveis.

A representante titular do Ministério da Fazenda, Cristina Fróes de Borja Reis, informou que a equipe do Ministério gostaria de propor uma alteração no texto do PAAR, de modo a esclarecer a relação entre o orçamento do Fundo Clima e a emissão de títulos públicos. A sugestão de novo texto foi projetada para conhecimento do colegiado, e o Presidente sugeriu a adoção do texto como proposto pelo Ministério da Fazenda.

Em seguida, passou a palavra para a representante suplente do Movimento Negro, Gisele Brito, que sugeriu o acréscimo da palavra “reassentamento” no texto da Finalidade 1 – Desenvolvimento Urbano Resiliente e Sustentável, subitem 1.2: “requalificação urbana para populações em áreas de risco, com foco em favelas e periferias, e *reassentamentos*”.

Com relação à questão da criação da taxonomia de títulos soberanos sustentáveis, a representante titular do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Linda Murasawa, recomendou que seja seguida a padronização internacional de mercado, como o ICMA, para que os títulos encontrem maior aceitabilidade por parte dos investidores. Também ressaltou a necessidade de clareza de indicadores que venham a ser monitorados e acompanhados para a utilização desses recursos, assim como o cuidado com a rastreabilidade dos projetos.

Após concluída a discussão, o Presidente colocou em votação o Plano Anual de Aplicação de Recursos 2023, com as alterações sugeridas durante a reunião. **O PAAR 2023 foi aprovado por unanimidade.**

Após a votação do PAAR 2023, o Presidente do Comitê Gestor precisou se ausentar e sua substituta, a Secretária Nacional de Mudança do Clima/MMA, Ana Toni, assumiu a Presidência da mesa.

Ela passou a palavra para a Coordenadora-Geral de Adaptação do Departamento de Políticas de Mitigação, Adaptação e Instrumentos de Implementação/MMA, Inamara Melo, para apresentar o edital *“Iniciativas Socioambientais para Redução de Vulnerabilidade à Mudança do Clima em Áreas Urbanas e Rurais.”*

Após a apresentação, a Presidente abriu a palavra para os membros do Comitê, mas esclareceu que esse edital será financiado também pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente, cujo Conselho aprovou o texto em sua 79ª Reunião Ordinária, realizada em 22 de agosto de 2023. Portanto, caso o Comitê Gestor opte por realizar alterações no edital, seria necessário realizar reunião extraordinária do conselho do FNMA para apreciar as alterações.

Nesse contexto, alguns membros do Comitê apresentaram sugestões para melhorar o texto do edital, mas avaliaram que tais melhorias poderão ser consideradas em editais futuros. O representante titular do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, João Bosco Campos dos Santos, sugeriu incluir outros segmentos de povos e comunidades tradicionais, uma vez que são reconhecidos 28 povos e comunidades tradicionais no Brasil, dentre eles indígenas e quilombolas.

A representante titular do Ministério dos Povos Indígenas, Cláudia Tereza Signori Franco, sugeriu utilizar critérios de pontuação e classificação diferenciadas de modo a priorizar as propostas apresentadas por organizações que representem povos indígenas.

A representante suplente do Fórum Brasileiro de Mudança do Clima, Flavia Frangetto, atentou para os riscos relativos à união do Fundo Nacional do Meio Ambiente e Fundo Clima, na hipótese em que recursos das duas agendas se misturem e sejam pulverizados, sem levar em conta as especificidades respectivas e conquistas pela materialidade distinta, bem como considerando a configuração de vícios de ordem legal, dada a necessária observância das leis próprias de cada um.

Após apresentadas as sugestões, a Presidente colocou o edital em votação, com o texto aprovado na 79ª Reunião Ordinária do Fundo Nacional do Meio Ambiente. **O edital foi aprovado por unanimidade.**

√ DEMAIS ASSUNTOS

Conforme discutido ao longo da reunião, a Presidente Substituta do Comitê sugeriu a criação de três grupos de trabalho no âmbito do Comitê Gestor, quais sejam:

- 1) Modalidade reembolsável: monitoramento da carteira de projetos, estudo de alternativas para melhoramento das metas propostas no PAAR e das informações contidas nos relatórios apresentados pelo BNDES;
- 2) Modalidade não-reembolsável: estudo de alternativas para ampliação dos recursos disponíveis e formas de execução;
- 3) Revisão do Regimento Interno do Comitê Gestor.

Os membros acataram a sugestão e ficou acordado que a Secretaria-Executiva do Comitê enviaria e-mail posteriormente consultando acerca do interesse dos membros em participar dos grupos de trabalho.

O representante titular do Ministério de Minas e Energia, Thiago Vasconcellos Barral Ferreira, recomendou que o MMA e o BNDES busquem formas de apoiar os proponentes para acesso aos recursos. A Presidente Substituta informou que o BNDES está estudando alternativas para fomentar a estruturação de projetos e que será responsabilidade de todos os envolvidos divulgar as linhas de atuação e as oportunidades de apoio para a formatação de propostas.

O representante titular da ANAMMA, Marçal Fortes Silveira Cavalcanti, recomendou que a Agência Nacional de Águas também participasse do Comitê Gestor. A Presidente Substituta registrou a sugestão, mas lembrou que qualquer alteração na composição do colegiado exigiria a alteração do Decreto que regulamenta o Fundo Clima.

O representante suplente do Ministério do Planejamento e Orçamento, Henrique Pimentel, informou que o MPO tem uma nova secretaria responsável pelo monitoramento e a avaliação de políticas públicas, e que esta unidade já está realizando uma avaliação do Fundo Clima. Destacou a importância de se ter uma avaliação *ex-ante* do Fundo Clima na modalidade reembolsável e colocou a equipe do Ministério à disposição. A Presidente Substituta agradeceu e ponderou que essa avaliação poderá

contribuir para o Grupo de Trabalho proposto para discutir a modalidade reembolsável do FNMC.

Os representantes do Comitê Gestor registraram uma nota de pesar pelo assassinato da líder quilombola Bernadete Pacífico.

√ **ENCERRAMENTO**

Não havendo mais a tratar, a reunião foi concluída às 16h.